



**DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA
 EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE**

***DISINFORMATION, PUBLIC HEALTH AND IMMUNIZATION IN BRAZIL: THE EFFECTS OF
 POPULAR HEALTH EDUCATION***

***DESINFORMACIÓN, SALUD PÚBLICA E INMUNIZACIÓN EN BRASIL: LOS EFECTOS DE LA
 EDUCACIÓN POPULAR EN SALUD***

Caroline Silva de Araujo Lima¹, Maria Gabriela Teles de Moraes², Gabriel Jessé Moreira Souza³, Jéssica José Leite de Melo³, Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho⁴, Camila Melo da Silva⁵, Lionel Espinosa Suarez Neto², Renata Reis Valente², Kaio Levi Ferreira da Silva², Amanda Luzia Moreira Souza³, Gabriela Cecília Moreira Souza³, Victor Hugo Milagres¹, Márcia Farsura de Oliveira¹

e391905

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i9.1905>

PUBLICADO: 09/2022

RESUMO

A imunização vacinal é considerada um verdadeiro marco na saúde pública ao contribuir para a redução, proteção e prevenção de inúmeras doenças transmissíveis e no contexto da pandemia de COVID-19 não é diferente. Entretanto, entre as diferentes expressões do negacionismo da pandemia de coronavírus disease (COVID-19), estão as notícias e informações falsas a respeito da vacina, dificultando a adesão à imunização, devido às “fake news”. Por isso, o presente trabalho objetivou apresentar as ações educativas que têm por referência a educação popular em saúde, que foram utilizadas a favor da adesão à vacinação, no Brasil, e que estão citadas na literatura científica. Para isso, foi feita revisão sistemática da literatura científica, com a utilização de descritores e estratégias de busca: “Educação em Saúde AND Vacinas contra COVID-19” e “Educação em Saúde AND Imunização”, nas bases de dados *on-line* Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) - com os filtros “Brasil”, e publicações a partir de 2020, até dezembro de 2021, nos idiomas “português”, “inglês” e “espanhol” e “artigo”. Os resultados apontam para diferentes estratégias de educação popular em saúde (EPS), tais como: (i) rodas de conversa em serviços de saúde públicos; (ii) mensagens e jornais eletrônicos encaminhados aos usuários do SUS pela Atenção Primária à Saúde; (iii) vídeos explicativos encaminhados pelas escolas públicas; e (iv) cartazes disponibilizados em prédios públicos em diferentes municípios. Conclui-se que a EPS dialógica contribui para a emancipação intelectual do cidadão, tornando-o capaz de decidir sobre si mesmo, com segurança, diante das situações de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde. Vacinas contra COVID-19. Imunização.

ABSTRACT

Vaccine immunization is considered a true milestone in public health by contributing to the reduction, protection and prevention of numerous communicable diseases and in the context of the COVID-19 pandemic it is no different. However, among the different expressions of the denialism of the coronavirus disease pandemic (COVID-19), are the fake news and information regarding the vaccine, making it difficult to adhere to immunization due to "fake news". Therefore, the present study aimed to present the educational actions that have popular health education as a reference, which were used in favor of adherence to vaccination in Brazil, and that are cited in the scientific literature. For this, a systematic review of scientific literature was carried out, using descriptors and search strategies: "Health Education AND COVID-19 Vaccines" and "Health Education AND Immunization", in the online databases Virtual Health Library (VHL) and Scientific Electronic Library Online (SciELO) - with the filters "Brazil", and publications from 2020, until December 2021, in the languages "Portuguese", "English" and "Spanish" and "article". The results point to different strategies of popular health

¹ Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga

² Centro Universitário Fametro

³ Universidade Nilton Lins

⁴ Universidade Cristã da Bolívia

⁵ Universidade Federal de Roraima



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

education (HPS), such as: (i) conversation wheels in public health services; (ii) messages and electronic journals forwarded to SUS users by Primary Health Care; (iii) explanatory videos forwarded by public schools; and (iv) posters made available in public buildings in different municipalities. It is concluded that dialogical HPS contributes to the intellectual emancipation of citizens, making them able to decide about themselves, safely, when facing health situations.

KEYWORDS: Health Education. COVID-19 Vaccines. Immunization.

RESUMEN

La inmunización con vacunas se considera un verdadero hito en la salud pública al contribuir a la reducción, protección y prevención de numerosas enfermedades transmisibles, y en el contexto de la pandemia de COVID-19 no es diferente. Sin embargo, entre las diferentes expresiones del negacionismo de la enfermedad pandémica por coronavirus (COVID-19), se encuentran las noticias e informaciones falsas sobre la vacuna, dificultando la adhesión a la inmunización debido a las "fake news". Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo presentar las acciones educativas que se refieren a la educación popular en salud, que fueron utilizadas a favor de la vacunación, en Brasil, y que son citadas en la literatura científica. Para ello, se realizó una revisión sistemática de la literatura científica, con el uso de descriptores y estrategias de búsqueda: "Health Education AND COVID-19 Vaccines" y "Health Education AND Immunization", en las bases de datos en línea Virtual Health Library (BVS) y Scientific Electronic Library Online (SciELO) - con los filtros "Brasil", y las publicaciones de 2020, hasta diciembre de 2021, en los idiomas "portugués", "inglés" y "español" y "artículo". Los resultados apuntan a diferentes estrategias de educación popular en salud (EPS), como: (i) ruedas de conversación en los servicios públicos de salud; (ii) mensajes y revistas electrónicas enviadas a los usuarios del SUS por la Atención Primaria de Salud; (iii) vídeos explicativos enviados por las escuelas públicas; y (iv) carteles puestos a disposición en los edificios públicos de diferentes municipios. Se concluye que la EPS dialógica contribuye a la emancipación intelectual de los ciudadanos, haciéndolos capaces de decidir sobre sí mismos, con seguridad, cuando se enfrentan a situaciones de salud.

PALABRAS CLAVE: Educación para la salud. Vacunas COVID-19. Inmunización.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o surgimento das vacinas iniciou-se em torno 1796, com o advento da varíola, uma doença infectocontagiosa com alto grau de letalidade que aniquilou a vida de milhões de pessoas. A partir de então, as observações e experimentos realizados por Edward Jenner culminaram, naquela época, na descoberta da vacina antivariólica, que tinha como fundamento a aplicação do vírus do cowpox, que desencadeava imunidade tanto para a doença do bovino quanto para a varíola. Já em torno do século XIX, houve uma busca contínua pela produção de uma substância vacinal mais pura, utilizando-se para isso seres vivos provenientes de laboratórios, sendo então iniciados inúmeros experimentos e pesquisas nesse segmento (FERNANDES, 1999).

Desde então, observa-se uma busca contínua pela segurança e eficácia das vacinas ao empregar durante o processo de desenvolvimento, parcelas cada vez menores de patógenos (DINIZ; FERREIRA, 2010). Acrescido a isso, o Sistema de Vigilância de Efeitos Adversos Pós-Vacinação (SVEAPV) instituído no Brasil em 1998, tem contribuído tanto para aumentar a segurança quanto para ampliar a taxa de cobertura vacinal da população (WALDMAN *et al.*, 2011).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

Classificadas de acordo com as estratégias adotadas ou dos conceitos utilizados na preparação do princípio ativo, elas são subdivididas em vacinas de primeira, segunda ou terceira geração. O primeiro grupo é representado por aquelas que possuem na sua elaboração o microrganismo que desencadeia a patologia em sua integralidade, porém submetido a processos que levam à sua inativação ou atenuação como, por exemplo, as vacinas da (i) varíola, (ii) poliomielite e (iii) rubéola; o segundo grupo é aquele em que a imunização pode ser obtida a partir do estímulo de anticorpos voltados para um único alvo, como uma toxina (ex.: toxinas purificadas e inativadas por tratamento químico) e o terceiro grupo em que a informação genética do microrganismo responsável pela codificação de proteínas que representem antígenos relevantes para a proteção são empregados – como exemplo, tem-se as vacinas de DNA ou gênicas (DINIZ; FERREIRA, 2010).

É sabido que a imunização vacinal é considerada um verdadeiro marco na saúde pública ao contribuir para a redução, proteção e prevenção de inúmeras doenças transmissíveis (LAROCCA; CARRARO, 2000), ademais apresentam como vantagens o baixo custo e a maior eficácia no controle de doenças infectocontagiosas em comparação com as terapias farmacológicas (FIOCRUZ, 2019).

No Brasil, a poliomielite (paralisia infantil) e a varíola são consideradas doenças erradicadas através da vacinação (FIOCRUZ, 2019). A pandemia da COVID-19 tem paralisado o mundo e foi designada pelos cientistas como a terceira epidemia de coronavírus do século XXI, acarretando impactos significativos nos cenários da política, economia, saúde pública e social (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020).

Diante desse cenário, iniciou-se uma corrida para o desenvolvimento de uma vacina para o vírus SARS-Cov-2. Várias vacinas estão em desenvolvimento atualmente por diferentes plataformas como as baseadas em vetores virais, em RNA mensageiros, vírus inativado e proteínas virais, mas, como produto novo, trazem desafios para o acompanhamento após registro por conta da escassez de dados de segurança (OMS, 2020).

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é responsável pelo registro sanitário e pela autorização ao uso emergencial e temporário de vacinas experimentais, porém em caráter excepcional essas vacinas podem ser importadas e distribuídas sem registro na ANVISA pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, alterada pela Lei nº 14.006, de 28 de maio de 2020 com prazo de 72 horas para autorização, após submissão de pedido à agência (ANVISA, 2020). Por isso, é fundamental nesse momento o manejo, a identificação, a notificação e investigação de eventos adversos pós vacinação (EAPV) para manter a credibilidade dos programas de imunização e assim evitar uma crise na saúde pública no país (BRASIL, 2020).

O sucesso das medidas de segurança para essas vacinas emergenciais depende da velocidade com que os casos suspeitos de EAPV são identificados, da capacitação dos profissionais de saúde e da confiabilidade dos dados. Há um protocolo do governo federal que visa o fortalecimento da integração do SUS, dos segmentos da sociedade brasileira envolvidos direta ou indiretamente com a minimização de riscos e monitoramento de EAPV (BRASIL, 2020).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

Existe um ciclo de vigilância de eventos adversos pós vacinação que é composto por detecção de casos com suspeição para EAPV, notificação, registro em sistema de informação, investigação (exames clínicos, exames laboratoriais etc.) e busca ativa de novos eventos, avaliação das informações, classificação de causalidade, feedback ou retroalimentação oportuna (BRASIL, 2020).

Entretanto, entre as diferentes expressões do negacionismo da pandemia de *coronavírus disease* (COVID-19), estão as notícias e informações falsas a respeito da vacina, que tiveram sua ampla divulgação, principalmente a partir do mês de janeiro de 2021, quando foram administradas as primeiras doses, em concordância com a equidade.

Assim, o presente trabalho intenciona apresentar as ações educativas que têm por referência a educação popular em saúde, que foram utilizadas a favor da adesão à vacinação, no Brasil, e que estão citadas na literatura científica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, na qual foi feita uma busca por estudos brasileiros publicados, na forma de artigo, entre os anos de 2020 e 2021. Como critérios de inclusão, buscou-se artigos que tratavam das temáticas: I) Educação popular em saúde e imunização contra COVID-19 ; II) Saúde pública e educação popular em saúde na era COVID-19; e III) Educação popular em saúde e vacinas virais, publicados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e disponíveis na forma de texto completo. Como critérios de exclusão foram considerados: I) teses, dissertações, monografias e artigos de revisão ou com texto completo indisponível; II) artigos publicados anteriormente a 2020; III) Estudos que não foram feitos no Brasil; IV) estudos feitos no Brasil, mas que não foram publicados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola; e V) estudos que abordavam educação popular em saúde sem associação com imunização contra COVID-19. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 5 artigos. O pequeno número de publicações, especificamente sobre o assunto, foi uma limitação para este estudo. Grande número de pesquisas foram excluídas, as quais tratavam a temática sem a menção tácita ao papel da educação à população em saúde na adesão à vacinação contra COVID-19. A pesquisa foi realizada no período de julho de 2021 a janeiro de 2022, utilizando-se os descritores em ciências da saúde (DeCS) – disponível em <https://decs.bvsalud.org/>: “Educação em Saúde AND Vacinas contra COVID-19” e “Educação em Saúde AND Imunização”, nas bases de dados *on-line* Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) – disponível em <https://bvsalud.org/> - e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) – acesso em <https://www.scielo.br/> - [com os filtros “Brasil”, e publicações a partir de 2020, até dezembro de 2021, nos idiomas “português”, “inglês” e “espanhol” e “artigo”]. Baseando-se nos critérios de inclusão e de exclusão pré-regulamentados, foi feita a seleção dos artigos a partir da leitura de: (i) título; (ii) resumo; e (iii) palavras-chaves. Os resultados foram expostos, no Quadro 1, após leitura e interpretação dos textos completos com compilação dos dados e informações obtidas.



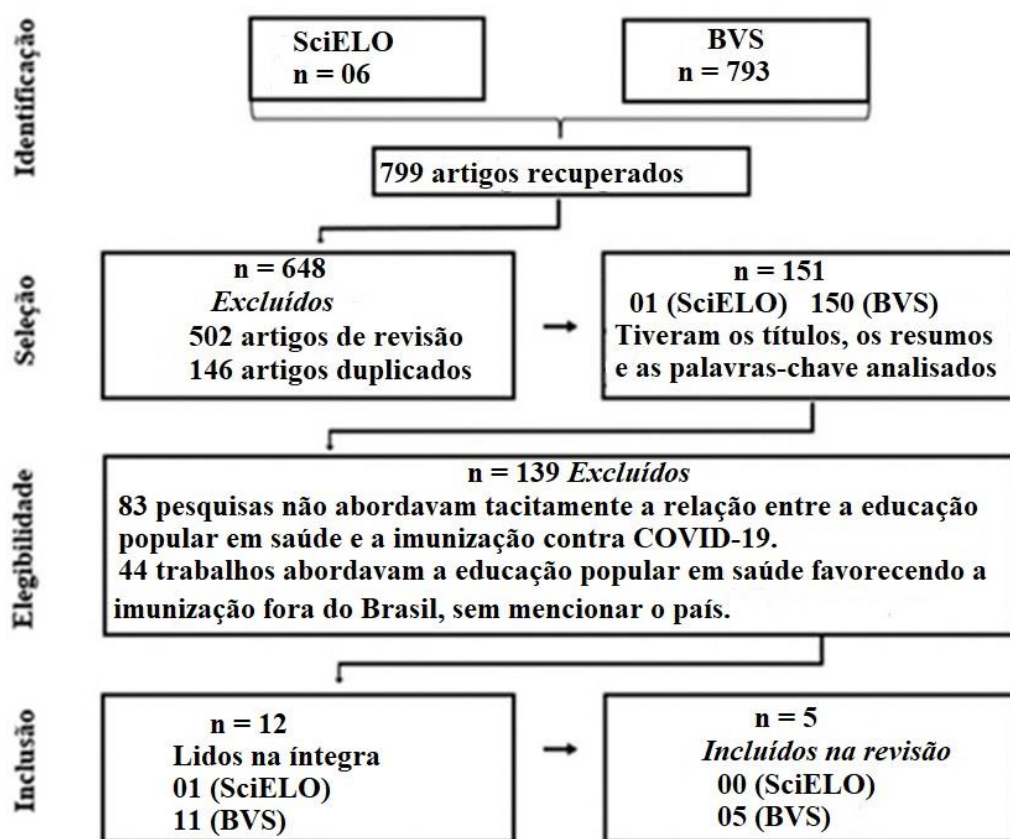
RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo, Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente, Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza, Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram recuperados 06 artigos, na base de dados SciELO, e 793 artigos, na base de dados BVS, com a utilização dos filtros. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 5 artigos, que foram incluídos neste estudo, conforme está descrito no fluxograma Prisma da Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A pesquisa identificou que a educação popular em saúde, na pandemia de COVID-19, contribui para o aprendizado, tanto discente como docente, consistindo em uma ferramenta possível para o pensamento em equipe, ou seja, colaborativo na produção de conhecimento que seja útil para esse momento, não se tratando apenas de informar aos ouvintes – comunidades populares –, mas de fazer ciência, a partir do diálogo, para construir, em conjunto, as melhores formas de proteção da nossa sociedade, colocando em evidência a separação física, não o isolamento social, associando uma perspectiva do que é possível fazer e quais as principais demandas do momento, em que todos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

os países do mundo estão mobilizados para atender nessa pandemia (CECCON; SCHNEIDER, 2020).

Além disso, o presente trabalho identificou que a compreensão da história da saúde pública brasileira e do uso de educação popular em saúde (EPS), no Sistema Único de Saúde (SUS), é fundamental para a construção de estratégias que garantam a autonomia intelectual do cidadão brasileiro, na prevenção de COVID-19, como, por exemplo, na adesão à imunização, diante do negacionismo. Assim, diante do atual quadro de saúde no Brasil e no mundo, a tribulação que atinge o SUS promove uma reflexão a respeito da maior necessidade de medidas democráticas de atenção à vida e à saúde humana (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2020), como a realização de práticas de EPS mais efetivas para a prevenção do novo coronavírus, voltadas às comunidades em geral, buscando um enfrentamento efetivo das formas mais graves da enfermidade (CALMON, 2020).

Desde fevereiro de 2020, quando ocorreu a primeira testagem positiva para o SARS-CoV-2, as indagações começaram a surgir em relação à prevenção do contágio interpessoal da COVID-19, tais como o enfrentamento e a adoção de medidas nas diferentes situações presentes na realidade social brasileira e como contar com a educação popular em saúde para uma grande rede, que reforce a sociedade neste momento. Para responder a essas questões, é preciso esclarecer que ficar em casa não quis dizer menos sociedade. É o momento de termos mais políticas públicas de Estado com renda e transferência de renda, com medidas sanitárias e maior valorização da vida, mais empatia em sociedade, na medida em que se a população não estiver engajada, este esforço não será bem-sucedido, em todas as medidas de preventivas. Por isso, faz-se prioritário o diálogo estabelecido pela EPS, com todos os segmentos sociais, para que se possa ter de fato medidas efetivas, sem desconsiderar a desigualdade social gigante do Brasil, construída ao longo de séculos, fruto de perpetuação de políticas de exclusão social, como muitas das recomendações que são feitas, ditas e repetidas no cotidiano que, muitas das vezes, são impraticáveis na totalidade do território brasileiro, repleto de favelas, com muitas comunidades carentes (PIRES, 2020; CALMON, 2020; FREITAS; CAPIBERIBE; MONTENEGRO, 2020).

As medidas preventivas a serem realizadas para evitar a COVID-19, recomendadas pela OMS, são: (i) uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI); (ii) evitar contato com gotículas emitidas por outra pessoa ao falar, tossir, quando há proximidade com o aparelho respiratório; (iii) ao retornar da rua, tomar cuidados como lavar as mãos e roupas com água e sabão e, se possível, tomar um banho completo, antes de interagir com as pessoas que ficaram em casa; (iv) evitar aglomerações e, se houver alguém sintomático ou com muitos contatos, este deve usar, preferencialmente máscaras; (v) ter cuidado ao manusear objetos que serão passados de mão em mão - tanto que está entregando, como quem está recebendo deve ter o cuidado com a higiene; (vi) limpar os alimentos: ao chegar com os alimentos em casa, seja de compra ou doação, deve-se higienizar as embalagens dos alimentos com uma solução desinfetante e, para aqueles desembalados, deve-se utilizar uma solução de hipoclorito; (vii) aplicar o álcool 70%, em gel ou



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

líquido; (viii) notificar compulsoriamente todos os sintomáticos respiratório – Ligar para 160 ou avisar a unidade básica de saúde mais próxima (WHO, 2021); (ix) ao considerar a realidade dura e dolorosa de algumas comunidades, a qual não pode ser ignorada, em que as pessoas apresentam domicílios de apenas um cômodo, onde residem muitas pessoas, quanto menos objetos existirem nos ambientes, mais fácil seria o afastamento entre as pessoas, entretanto essa é uma realidade difícil de ser mensurada por quem não está vivenciando tal ocorrência, por isso, escutar as pessoas é muito relevante, para a construção de propostas preventivas não excludentes, que deem segurança àqueles que residem em aglomerações; (x) disponibilizar locais dentro das comunidades, onde os sintomáticos possam permanecer, sem contatos com os demais (CALMON, 2020); (xi) imunização (WHO, 2021).

Ademais, como forma de solucionar a pandemia, o processo de produção de vacinas precisou ser alterado e, para que seja eficaz e tenha sua distribuição ampla de forma segura, necessita ser desenvolvido em diversas etapas. Primeiramente, há uma divisão geral entre o estudo básico e testes não clínicos e os estudos clínicos (ANVISA, 2020).

No primeiro, há experimentações laboratoriais e em animais, assegurando, assim, a produção de anticorpos. Se os resultados obtidos nas referidas experiências forem significativos, há o prosseguimento para os testes clínicos, os quais já possuem sua realização em seres humanos e ultrapassam por diversas fases assíncronas e hierárquicas. Inicialmente, há a avaliação de efeitos adversos, sejam eles locais ou sistêmicos. Na segunda fase, ocorre avaliação posológica e de imunogenicidade em determinados grupos, indicando, por conseguinte, qual é a coorte oportuna para receber a vacinação. Já na fase três, acontece a análise de segurança e a eficiência do imunobiológico em grandes populações (ANVISA, 2020).

Na fase final ou de registro, os órgãos reguladores federais - no Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), verificam todos os dados, sejam eles técnicos ou de regulamentação, apurando se todos se enquadram nos padrões de exigência. Em caso afirmativo, o registro é concedido e a vacina pode ser comercializada e distribuída (ANVISA, 2020).

Os estágios descritos, geralmente, são feitos de maneira ordenada e não síncrona, porém, com a pandemia da COVID-19, houve a necessidade de algumas flexibilizações, como a realização de alguns experimentos de forma simultânea, para que esse produto biológico chegue de forma rápida, contudo, com segurança à população. Houve também algumas adaptações no processo regulatório da vacina, divulgadas na nota técnica nº 78/2020 da ANVISA, destituindo a obrigação das empresas interessadas no registro desse produto de esperarem a disponibilização da totalidade de dados técnicos para apresentarem a submissão a esse órgão (ANVISA, 2020).

Posto isso, como a imunização para COVID-19 é embasada por evidências científicas, garante o princípio doutrinário do SUS integralidade e, para ser aderida pelos cidadãos, necessita da compreensão deles, a partir da autonomia intelectual, que pode ser atingida pela EPS. Assim, diferentes estratégias têm sido utilizadas para garantir o autocuidado dos usuários do SUS, as quais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

são: (i) rodas de conversa em serviços de saúde públicos; (ii) mensagens e jornais eletrônicos encaminhados aos usuários do SUS pela Atenção Primária à Saúde, em municípios como Macaé (Rio de Janeiro) e Abadiânia (Goiás); (iii) vídeos explicativos encaminhados pelas escolas públicas; e (iv) cartazes disponibilizados em prédios públicos em diferentes municípios (FREITAS; CAPIBERIBE; MONTENEGRO, 2020). Ademais, estratégias comunitárias (por exemplo, #Covid19nasfavelas), têm contribuído para a EPS favorável à adesão à vacinação contra COVID-19 (CALMON, 2020). E, a metodologia utilizada deve ser aquela capaz de gerar conhecimento, a partir de uma educação dialógica, conforme proposto por Paulo Freire (FREIRE; GADOTTI; GUIMARAES, 1986), a fim de ser libertária e democrática nas decisões sobre o cuidado de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EPS dialógica tem sido utilizada voluntariamente de diferentes modos no Brasil, e pode ser favorecedora da adesão à imunização contra COVID-19, uma vez que produz conhecimento e dá autonomia aos cidadãos que se sentem corresponsáveis na prevenção de agravos e na promoção da saúde, além de garantir a democracia e a noção de pertencimento e de coletividade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas Covid-19.** Guia nº 42/2020 - versão 1. Brasília: Anvisa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/anvisa-define-requisitos-para-pedidos-de-uso-emergencial-de-vacinas/guia-uso-emergencial.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia de vacinação contra o vírus SARS-Cov-2, COVID-19.** Protocolo de vigilância epidemiológica e sanitária de eventos adversos pós-vacinação. Secretaria de vigilância em saúde. Agência nacional de vigilância sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, dez. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/21/estrategia_vacinacao_covid19.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

CALMON, T. V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 131-136. 2020. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36543/21038>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CECCON, R. F.; SCHNEIDER, I. J. C. **Tecnologias leves em tempos de pandemia.** **SciELO Preprints**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/136>. Acesso em: 11 jan. 2022.

DINIZ, M. O.; FERREIRA, L. C. D. S. Biotecnologia aplicada ao desenvolvimento de vacinas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 70, 2010.

FERNANDES, T. M. **Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

DESINFORMAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E IMUNIZAÇÃO NO BRASIL: OS EFEITOS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
Caroline Silva de Araujo Lima, Maria Gabriela Teles de Moraes, Gabriel Jessé Moreira Souza, Jéssica José Leite de Melo,
Tomas Segundo Espinosa Hurtado Filho, Camila Melo da Silva, Lionel Espinosa Suarez Neto, Renata Reis Valente,
Kaio Levi Ferreira da Silva, Amanda Luzia Moreira Souza, Gabriela Cecília Moreira Souza,
Victor Hugo Milagres, Márcia Farsura de Oliveira

FIOCRUZ. **Quais doenças foram erradicadas pela vacinação?** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

FREIRE, P.; GADOTTI, M.; GUIMARAES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito.** São Paulo: Cortez, 1986

FREITAS, C. S.; CAPIBERIBE, C. L. G.; MONTENEGRO, L. M. B. Governança Tecnopolítica: Biopoder e Democracia em Tempos de Pandemia. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 191-201, 2020. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36637/21028>. Acesso em: 13 fev. 2022.

LARocca, L. M.; CARRARO, T. E. O mundo das vacinas – caminhos (des)conhecidos. **Cogitare Enferm.**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 43-50, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44884>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MARQUES, R. C.; SILVEIRA, A. J. T.; PIMENTA, D. N. **A pandemia de Covid 19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/pandemia-de-covid-19-intersecoes-e-desafios-para-historia-da-saude-e-do-tempo-presente>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MATTA, S. *et al.* Covid-19 vaccines and new mutant strains impacting the pandemic. **Indian Journal of Tuberculosis**, v. 68, n. 2, p. 171-173, abr. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0019570721000585?via%3Dihub>. Acesso em 01 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **COVID-19 Vaccines: Safety Surveillance Manual.** Module: COVID-19 vaccines: description and general safety considerations for implementation. Brasília: OMS, 2020. Disponível em: https://www.who.int/vaccine_safety/committee/Module_Vaccine_description.pdf?ua=1. Acesso em: 01 fev. 2022.

PIRES, R. R. C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública.** Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica Diest, n. 32). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35439. Acesso em: 01 fev. 2022.

SILVA, M. R.; PIRES, G. L.; PEREIRA, R. O necroliberalismo, bolsonaro 'vírus mental' e a pandemia da COVID-19 como casos de saúde pública: o real resiste? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-18, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e72755>. Acesso em: 15 jan. 2022.

WALDMAN, D. A.; BALTHAZARD, P. A.; PETERSON, S. The neuroscience of leadership: Can we revolutionize the way that leaders are identified and developed? **Acade Manage Perspect**, v. 25, n. 1, p. 60–74, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1094428116642013>. Acesso em: 10 jan. 2022.

WHO. **Pandemia de COVID-19 leva a grande retrocesso na vacinação infantil, mostram novos dados da OMS e UNICEF.** [S. l.]: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/15-7-2021-pandemia-covid-19-leva-grande-retrocesso-na-vacinacao-infantil-mostram-novos>. Acesso em: 10 fev. 2022.